

**ATA DA 330ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 18/06/2026

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

WALTER MASTELARO NETO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

DIGITAÇÃO:

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil

PAULO ROBERTO BELINELO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADÃO DO CARMO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários

GABRIEL MOTTA SOUSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

CLÁUDIO APARECIDO COBOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

IVANILDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JUSSARA SANTOS PEREIRA MACHADO DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JONAS MARSSARO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologia

CARLOS MIGUEL DE FREITAS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representante da Pessoa com Deficiência

MÁRCIA LAUTON DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representante dos Sindicatos Patronais**Representante das Centrais Sindicais****Representantes das Entidades Sindicais – Categoria Saúde**

ANA LÚCIA FIRMINO – (TITULAR) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ANTENOR GOMES GONÇALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representante das Entidades Sindicais Gerais

LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes dos Conselhos Função Fim

REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHO REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes dos Conselhos Função Meio**Representantes da Associação dos Profissionais Liberais**

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representante da Universidade Pública

Representante da Universidade Privada

PAULO ROBERTO MARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representante do Prestador Lucrativo**Representes Prestador Filantrópico**

MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

Representantes do Poder Público

MARIA DAS DORES LIMA SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALEX RICARDO FONSECA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
CATEGORIA SAÚDE

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

ROSEMEIRE SENA LOPES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO

NEUSA FUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

MARIA ROSÂNGELA SANTOS QUEIROZ TAVARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes

IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

PEDRO ALÉM SANTINHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PÂMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ROSILÂNIA CORREI LIMA CARDOSO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CAIO CÉSAR DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
CARLA GIANNA LUPPI – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
INALDO ROCHA LEITÃO FILHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL

DIGITAÇÃO:

JAIR ALVES – ASSISTENTE SOCIAL
SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Abre a 330ª Reunião Plenária e passa para Júlio.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Lê a agenda para o dia:

Pauta

A - Aprovação das Atas da 329ª Reunião Plenária Ordinária e 2ª Reunião Plenária Extraordinária;

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

- Apresentação do parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan ao documento da Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar sobre o Laboratório AFIP;
- Apresentação do parecer do pedido de vista da conselheira Neuza ao documento da Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar sobre o Laboratório BIOFAST;
- Falta de Profissionais nas Unidades de Saúde: Ministério Público, Secretaria Municipal de Gestão, Secretaria Municipal da Fazenda, COGEP, DAMA, SEGA e CPCS;
- Avaliação da estrutura da Auditoria do SUS;
- COAPES;
- Análise dos Recursos ref. ao Processo de Renovação do CMSSP – Biênio 2026/20

F- Deliberações

- Prorrogação do mandato dos conselhos gestores da CRS Norte;
- Moção de apoio ao futuro hospital universitário da UNIFESP, em Santo Amaro;
- Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças do RDQA – 1º Quadrimestre de 2026;
- Programação Anual de Saúde 2026;
- Programação Anual de Saúde 2027.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Pergunta se alguém tem alguma proposta de inclusão na pauta.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita a inversão de pauta, propondo que o último item da ordem do dia fosse apreciado primeiro, seguido das deliberações, e posteriormente os demais itens. Também solicitou a inclusão da discussão sobre as atas da CAF (Comissão de Avaliação Financeira da SMS), Tal análise pode possibilitar denúncia ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pede para falar palavras de gratidão. Agradece à Plenária, por se preocuparem com ele – questões de saúde - pede orações e agradece à Denize por organizar a festa junina e ainda cumprimenta o convidado Freitas pelo aniversário e todos cantam parabéns.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Quer que o primeiro item seja aprovação das atas do pleno e vai também dar os informes da mesa porque será rápido. Em seguida pede para o plenário aprovar solicitação de inclusão e inversão de pauta feita por André. Todos aprovam. Em seguida pede para aprovar atas da 329ª plenária e outra extraordinária. Todos aprovam. Dá informe da mesa que o Conselho Nacional de Saúde realizou ajustes no calendário das conferências, com as seguintes alterações:

- Municípios que ainda não realizaram sua etapa municipal poderão fazê-lo entre novembro de 2026 e fevereiro de 2027;
 - A Conferência Estadual de Saúde, inicialmente prevista para junho de 2027, foi antecipada para o período de março a maio de 2027;
 - A Conferência Nacional de Saúde ocorrerá em julho de 2027, em data a ser definida.
- Foi reafirmado que a etapa municipal de São Paulo ocorrerá entre 2 e 4 de julho de 2026. Passa para André colocando o primeiro item sobre o “Processo de renovação do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo – biênio 2026–2028”

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Apresenta-se como coordenador adjunto da comissão eleitoral, e faz leitura do parecer da comissão sobre os recursos interpostos no processo de renovação do Conselho. (OBS: relatório completo anexo final de presente Ata), diz que a comissão realizou reunião híbrida com participação de membros da representação dos trabalhadores e da sociedade civil, tendo analisado os recursos apresentados pelas entidades e movimentos inscritos. Apresenta uma síntese das análises da comissão eleitoral, desta os seguintes encaminhamentos:

- Companhia Teatro Raro: inabilitada por não atender ao prazo mínimo de atuação exigido pelo decreto, sem interposição de recurso;
- Casa Brasileira União Huntington: inabilitada por não cumprir o requisito de fundação anterior ao prazo legal, sem recurso;
- Instituto de Pessoas com Fibromialgia: inabilitado pelo mesmo motivo, sem recurso;
- União da Juventude Socialista (UJS): inscrição indeferida por ausência de CNPJ e documentação insuficiente; o recurso foi analisado e indeferido, por não comprovar atuação no território de São Paulo;
- Fórum de Saúde Campo Limpo: recurso analisado com documentação complementar que comprovou atuação histórica no território; recurso deferido, com habilitação do movimento;
- Movimento Popular de Saúde Parelheiros e Marsilac: recurso deferido, com reconhecimento da documentação apresentada e habilitação do movimento;

- OcupeSus Juventudes: inabilitado por documentação insuficiente e por não comprovar existência anterior ao marco legal;
- Movimentos populares de Saúde Pinheiros, Lapa e Butantã: inabilitados por não comprovação de existência própria e específica; recurso indeferido;
- São Remo na Luta: não apresentou recurso;
- Abrace: recurso analisado em relação à tentativa de migração para o segmento de social comunitário; a comissão entendeu que a inscrição foi realizada sem ciência da diretoria da entidade e que não havia respaldo para habilitação, razão pela qual o recurso foi indeferido;
- Fórum Popular de Saúde de São Paulo: houve impugnação solicitada por conselheiro, alegando ausência de atuação na Zona Oeste; a comissão entendeu que a documentação apresentada comprovou a existência e a atuação territorial, motivo pelo qual o pedido de impugnação foi indeferido, mantendo-se a habilitação;
- SindSaúdeSP: solicitou habilitação fora do prazo legal de inscrição; o pedido foi indeferido por intempestividade.

Resultado consolidado apresentado pela comissão

Ao final da análise, a comissão eleitoral solicitou ao plenário a validação da posição adotada, consolidando o seguinte resultado:

- Deferidos:
 - Fórum de Saúde Campo Limpo;
 - Movimento Popular de Saúde Parelheiros e Marsilac.
- Indeferidos / mantidos como inabilitados:
 - UJS;
 - Abrace;
 - São Remo na Luta (sem recurso);
 - Companhia Teatro Raro;
 - Casa Brasileira União Huntington;
 - Instituto de Pessoas com Fibromialgia;
 - Movimento Popular de Saúde Pinheiros;
 - Movimento Popular de Saúde Lapa;
 - Movimento Popular de Saúde Butantã;
 - OcupeSus Juventudes;
 - SindSaúdeSP.

Excepcionalidades do processo

Foi também registrada a aplicação de excepcionalidades previstas no regulamento eleitoral, para permitir a indicação de titular e suplente em hipóteses específicas, especialmente nos casos em que houve número reduzido de habilitações nas seguintes representações:

- sindicatos gerais;
- Movimento Popular de Saúde Centro;
- Fórum de Saúde de Pirituba-Jaraguá;
- Fórum de Saúde Vila Prudente;
- Associação Viva Saúde / Movimento Popular de Saúde da Zona Leste;
- entidades sindicais;
- Fórum Popular de Saúde Oeste.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pergunta ao Pleno se estão em ordem para votar o relatório da Comissão Eleitoral.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Antes de votar quer esclarecimentos sobre o que foi relatado a respeito da contestação do Pedro Santinho e quer saber sobre o significado do áudio reproduzido por André durante o relato das questões que envolve a região Oeste.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Explica para Benê que o conselheiro Pedro Santinho entrou com recurso na Comissão e a comissão indeferiu o recurso dele porque ele queria inscrever uma entidade fazendo-a passar por entidade social comunitária atuante na área da saúde. Mas trouxe esse áudio com a fala do presidente da entidade para comprovar aqui o motivo do indeferimento. Resumidamente aconteceu o seguinte: Segue em resumo a manifestação e relato do André Ancelmo:

- O conselheiro Pedro Santinho teria usado documentos de uma entidade chamada **Abracem** (entidade dedicada a esporte, cultura e meio ambiente) para tentar inscrevê-la no processo eleitoral como se ela fosse vinculada ao social comunitário/saúde, embora, segundo o depoimento, essa não fosse a finalidade real da instituição. A fala sustenta que o presidente da entidade teria entregado os documentos sem saber que eles seriam usados para essa inscrição, porque teria entendido apenas que serviriam para o Pedro resolver uma taxa pendente, e não para habilitar a entidade na eleição. Por isso, a Comissão concluiu que houve uma tentativa indevida de enquadrar a entidade em uma categoria da qual ela não fazia parte, e que, diante dessa irregularidade e da falta de anuência clara da direção da entidade, a comissão não teve outra saída senão indeferir o pedido/recurso apresentado por Pedro Santinho. Em resumo foi isso. O áudio comprova e mostra que a decisão da comissão foi baseada na ideia de que a inscrição não refletia a verdadeira natureza nem a vontade da entidade, mas sim uma utilização dos documentos para fins eleitorais que o presidente da entidade, segundo a Comissão, não autorizou essa inscrição. Ao ligar para as entidades e falar com presidente também se verificou que Pedro pediu para habilitar como Fórum de Saúde uma entidade de moradia e que se denomina como entidade de usuários. Por telefone os presidentes dessas entidades informaram que Pedro não informou a eles da inscrição.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pede esclarecimentos sobre a atitude de Ancelmo de ligar para as Entidades e falar com Presidentes de entidade. Pergunta o que significa falar que não é obrigação da Comissão confirmar se é ou não é legítimo. Pareceu a ela que essa atitude demonstra que houve interesse pessoal.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Esclarece Auxiliadora que a Comissão não tem obrigação de inscrever Comissão que não existe e nem mesmo tem obrigação de fazer com que entidades passem a existir para participar de eleição. Não tem obrigação de evidenciar se a Comissão existe. Explica que ligou para os Presidentes como atitude necessária e normal nesse processo, especialmente porque a entidade não tem e-mail, não mandou e-mail, nada. .

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que André deveria entrar em contato com o conselheiro Pedro em primeiro lugar e não com o Presidente da entidade.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Se justificou, dizendo que não é ele mesmo que vai utilizar indevidamente CNPJ de nenhuma entidade e de ninguém.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Fala em nome da Comissão, dizendo que as Entidades não deram e-mail jurídico, mas sim e-mails pessoais e por isso teve que entrar em contato com essa entidade.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Pergunta se foi o mesmo procedimento com todas as Entidades?

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que sim.

Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Explica a situação dele e da entidade que ele tem conhecimento que é a UJS – União da Juventude Socialista a qual foi também indeferido o pedido de participação no processo. Diz que pelos motivos alegados pela Comissão diz que está correta a alegação da Comissão. Ele acha que a Comissão tem razão.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Em seguida, coloca o relatório para votação e o faz por votação nominal – orientando que os votantes devem a pedido de André votar nominalmente.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Coloca em votação nominal e orienta que os votantes votem respondendo> sim, não ou abstenção.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Vota sim e declara o seu voto dizendo que estas entidades que foram inabilitadas – o foram porque há entidades que têm menos de um ano de atuação em saúde o que não pode. Também há entidades que não sabem o que são e quais são seus objetivos. Portanto quer justificar seu voto optante pelo “sim”.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Prossegue chamando os nomes para votação e ao final proclama o resultado – Aprovado o Parecer da Comissão Organizadora do Processo Eleitoral do CMS/SP com 20 votos sim e duas abstenções.

Votação Nominal: Paulo - Sim, Adão – Sim, Benê – Abst., Edileuza – Sim, Cirlene – Abst., Gabriel – Sim, Ivanilda – Sim, Jonas – Sim, André – Sim, Carlos M. – Sim, Walter – Sim, Marcia L. - Sim, Ana Lúcia – Sim, Laudiceia – Sim, Valéria – Sim, Rosemeire – Sim, Neide - Sim, Maria Isabel – Sim, Dora - Sim, Neuza – Sim, José Ivan – Sim, Mariângela – Sim.

**Resultado : 20 votos – sim a favor do Relatório;
2 abstenções.**

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: após a votação faz uma reclamação. Diz que ele trabalhou no processo eleitoral para a comissão eleitoral de modo intenso, sacrificial e duramente. que trabalhou muito e não admitiria críticas feitas por pessoas que só se interessa pelo conselho e só vem aqui por que querem ir para Brasília. Diz que ele mesmo entrou em contato com todas as Entidades e diz que fez bem e fez recomendações nessa linha que façam assim com cuidados.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Orienta para a discussão do próximo assunto. Entra em discussão no item “Deliberações” a questão da prorrogação do mandato dos conselhos gestores da CRS Norte.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: Por conta da Pré Conferência e orientações recebidas de SMS, os conselheiros decidiram prorrogar por noventa dias as eleições e na região central. O processo eleitoral irá ter início antes, pois querem fazer a eleição antes do início da propaganda eleitoral gratuita, mas será feito de forma unificada e no dia 13/07 as outras seis supervisões irão iniciar o processo eleitoral.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Considera legítima a decisão está em conformidade com a legislação e pergunta se pode aprovar.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala que a junção da CRS Norte e CRS Centro trouxe alguns problemas, e as coisas estão acontecendo, mas não se sabe mais o que acontece, Diz que quer entender o processo, reclama que não tem informações. Pergunta porque o processo se arrasta. Soube que o atual mandato vai até o dia 04/08. Quer saber isto, porque tem ouvido na região que é 04/08. Porque essa data? Diz que foi a uma reunião em Santa Cecília e a eleição lhe disseram que vai ser em 04/08, reclama que a região do Centro tem 24 equipamentos e os conselheiros dessas unidades o procuraram pedindo informações, mas ele mesmo não está tendo acesso ao que se decidiu sobre o processo. Eleitoral. Argumenta que precisa pedir esclarecimentos. Diz que ele precisa dessa atenção também porque ele está tendo problema pessoal de saúde.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Manifesta apoio ao Benê, se diz solidário ao Benê e faz críticas à fusão que foi feita sem consultar ninguém, desrespeitando a Lei 8.142. Esse desrespeito para com a legislação garantidora se configura como manobra para extinguir o controle social e os conselhos de saúde.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Antes da votação passa a palavra para Leni que é AGP da região Centro para manifestação dela.

Maria Leni Clemente dos Santos, Conselheira Suplente, representante do Poder Público: Explica que foram os próprios conselheiros do Centro que marcaram a data de 04/08 em reunião votaram e aprovaram que fosse dia 04/08, que aliás trata-se de cronogramas e data diferente da região Norte.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que o CMS (Conselho Municipal de Saúde) acompanhou o processo e aprovou o cronograma proposto, afirma que não tem nenhuma ilegalidade – diz que o CMS queria que o processo eleitoral fosse unificado com a Região Norte todos para 4/08, mas decidiram diferente e o CMS respeitará as decisões dos conselheiros. Portanto estão em ordem. Pede para que se vote o assunto e coloca em votação e todos aprovam. Em seguida passa para o próximo ponto da pauta que se refere ao Hospital Universitário em Santo Amaro cujo item refere-se a aprovação de uma “Moção de apoio ao futuro hospital universitário da UNIFESP em Santo Amaro”, ao que todos aprovam. Em seguida passa pra o item referente ao “Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças do RDQA – 1º Quadrimestre de 2026”. Observa que neste ano de 2026, e a partir deste ano o CMS pode avaliar o RDQA, antes só tomava ciência, mas agora o Conselho avalia e aprova ou não o RDQA dando parecer sobre ele. Para apresentar essa questão passa para Jussara.

Jussara Santos Pereira Machado da Silva, Conselheira Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que o relatório da Comissão (COFIN) recomenda a aprovação do RDQA do 1º quadrimestre sim, entretanto, propõe aprovar com ressalvas. As ressalvas referem-se ao fato que os saldos financeiros bancários das contas das OSs não foram apresentados. Considera que se trata de valores que precisam de transparência. Todo órgão público é assim. O saldo é importante. Mesmo que tem gente que diz que verificar o saldo bancário da contratada não precisa ser verificado porque “não tem nada a ver” dizem. Entretanto é importante sim porque se trata de órgão público e na esfera pública precisa sim ter esta informação e a demonstração transparente precisa ser garantida.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Diz que com relação ao Parecer da Comissão de Orçamento e Finanças – RDQA do 1º quadrimestre de 2026 deve ser votado nominalmente e submete à votação. E em seguida da votação proclama o resultado conforme o que segue, dizendo que foi devidamente aprovado por maioria absoluta. Após discussões, debates e esclarecimentos sobre o item ficou assim que a análise da COFIN recomendou a aprovação com ressalvas, destacando que as ressalvas apontam que não foram apresentados os saldos financeiros bancários, informação considerada essencial para a avaliação das contas. Após a apreciação, o parecer foi submetido à votação nominal, tendo resultado como aprovado por maioria absoluta. Em seguida passa para outros itens. Observa que os itens referentes à Programação Anual de Saúde 2026 e Programação Anual de Saúde 2027 já foram devidamente aprovadas. Passa palavra para que entre o item referente ao “parecer do pedido de vista do conselheiro José Ivan ao documento da Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar sobre o Laboratório AFIP”.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular, representante do Poder Público: Fala sobre o documento da AFIP, diz que não vai entregar o Relatório porque está aguardando a manifestação da CGM (Controladoria Geral do Município). Diz que ele pediu vistas sobre a representação, mas está desistindo por causa que aguarda novas fases no processo aberto na CGM.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Diz que a fala do José Ivan configura já um parecer, entretanto não tem relatório pra votar.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: André denunciou que a Secretaria Municipal da Saúde contratou o laboratório AFIP por 10 anos sem licitação regular, acumulando uma dívida superior a R\$ 120 milhões, com base em análises de 25 processos administrativos realizadas pela conselheira Jussara. Faz críticas ao conselheiro José Ivan por adiar o processo, pedir vistas, ao mesmo tempo que não considera o esforço da COFIN. O caso é grave porque a SMS liberava pagamentos para o laboratório sem a devida observância da lei da transparência. A COFIN apelou ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde para que aprove que o coordenador da comissão executiva assine o ofício para encaminhamento à Corregedoria, uma vez que o presidente do CMS não tem comparecido nos plenos. Valoriza o trabalho de quatro meses da COFIN.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Fala para passarem para a questão da falta de profissionais nas unidades de saúde e passa palavra para Ana.

Ana Lúcia Firmino, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Parabeniza a análise da COFIN e trabalho da Jussara ao falar sobre o laboratório da AFIP, mas questiona – relacionando com a falta de profissionais - como está hoje essa prestação de serviços e reclama que esse serviço de laboratório não tem qualidade. A AFIP continua prestando serviço e levando exames com transporte ineficiente, sem qualidade. Pergunta se não é o caso de discutir. Quem sabe onde estão estes laboratórios?

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Considera inadmissível não receber 120 milhões e continuar prestando serviço. Desconfia que deve haver corrupção. Fala dessa entrega de exames feita com moto, muitas vezes sem a segurança e a qualidade mínima necessária para este tipo de serviço mencionado por Ana – considera que deve rever corrupção.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Passa para questão do Laboratório AFIP, se aprovam ou não. Todos aprovam, exceto Cirlene que se abstém. O resultado fica assim: Votação Nominal: Paulo - Sim, Adão – Sim, Benê – Sim., Edileuza – Sim, Cirlene – Abst., Gabriel – Sim, Ivanilda – Sim, Jonas – Sim, André – Sim, Carlos M. – Sim, Walter – Sim, Marcia

L. - Sim, Ana Lúcia – Sim, Laudiceia – Sim, Valéria – Sim, Reinaldo – Sim, Neide - Sim, Maria Isabel – Não, Dora - Não, Neuza – Não, José Ivan – Não, Mariângela – Não.

16 - sim

5 – não

1 – abstenção.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pergunta sobre o próximo referente ao item da pauta que envolve a BIOFAST. Observa que na agenda do dia foi formulado assim: “Apresentação do parecer do pedido de vista da conselheira Neuza ao documento da Comissão de Contratos, Parcerias de Equipamentos Credenciados ao SUS e Saúde Complementar sobre o Laboratório BIOFAST

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Com relação à BIOFAST elogia a conselheira Neuza que renunciou ao seu pedido de vista. Explica que a Biofast é uma empresa que atua na medicina diagnóstica e possui uma de suas principais atividades de prestação de serviços na Zona Leste e presta serviços de análises clínicas para diversas instituições de saúde públicas e privadas, o que inclui o Hospital Santa Marcelina. Menciona que os encaminhamentos para exame que são os chamados exames para diagnosticar R10 e R11 (estes códigos referem-se ao CID que tem grande quantidade na cidade). Estas referências R10 e R11 aparecem na guia de exames ou no protocolo que não são nomes de exames, mas sim códigos da CID-10. Os médicos colocam esses códigos na ficha para que o laboratório saiba quais sintomas motivaram o atendimento no hospital, ajudando a direcionar as análises necessárias. Ocorre que essa empresa (Biofast) está em recuperação judicial, ou seja, a Biofast faz exatamente o que a AFIP fazia noutra região. A Biofast laboratório na zona Leste identifica-se como R10, R11 junto ao Hospital Santa Marcelina. Essa empresa não paga trabalhadores e fornecedores e prejudica o serviço. Então, o Conselho – o CMS denunciou solicitando auditoria geral e não somente auditoria da SMS porque a auditoria da SMS está comprometida, porque a auditoria interna tem a sua chefia nomeada pela própria SMS. Trata-se de uma auditoria que não tem nenhuma autonomia, portanto ela não tem autorização para fazer a auditoria adequada.

Jussara Santos Pereira Machado da Silva, Conselheira Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que a BIOFAST assumiu milhares de exames da AFIP. Então a SMS está ajudando a Biofast na recuperação judicial.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que alguém perguntou a respeito do dono da Biofast para os órgãos públicos policiais. e soube que o TCU informou que o dono da empresa e o dono já foi preso porque ele aprece nas páginas policiais – inclusive se diz que esse sujeito chegou até “...a dar tiro em policiais...”, disse.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Diz que recebeu denúncias na vigilância sanitária contra estes laboratórios e deixa como tarefa para o próximo mandato fazer as visitas fiscalizadoras nestes laboratórios.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Coloca então para aprovar esse relatório da Comissão de Contratos sobre a BIOFAST.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Declara o resultado após votação nominal dizendo sim, não ou abstenção.

Votação Nominal: Auxiliadora - Sim, Adão – Sim, Marcionília – Sim, Edileuza – Sim, Cirlene – Sim, Gabriel – Sim, Ivanilda – Sim, Jonas – Sim, André – Sim, Carlos M. – Sim, Walter – Sim, Marcia L. - Sim, Ana Lúcia – Sim, Laudiceia – Sim, Valéria – Sim, Reinaldo – Sim, Neide - Sim, Dora - Não, Neuza – Não, José Ivan – Não, Mariângela – Não.

Proclama o seguinte resultado: Aprovado Relatório da Comissão de Contratos sobre a BIOFAST

17 votos sim

4 – não

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Quer passar para o ponto referente à falta de profissionais nas unidades de saúde foi registrado pela Mesa, sem a presença de responsáveis para apresentação de informações na reunião. Não houve deliberação específica, permanecendo o tema como pauta de acompanhamento. Ele mesmo quer continuar acompanhando, mas a tarefa é para próxima gestão. Vamos Agora para o item referente à “Avaliação da estrutura da auditoria do SUS”

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala sobre a questão da Auditoria do SUS e diz que vai continuar com isto, diz que o componente principal da Auditoria da SMS está subordinado à SEMAP (Secretaria-Executiva de Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias). Observa que esta Secretaria é composta por coordenadorias, departamentos e divisões específicas voltadas ao controle operacional e de parcerias da saúde pública municipal. Refere-se à COCIN (Coordenadoria de Controle Interno) onde se centraliza a fiscalização e auditoria. A auditoria é uma divisão importante dessa secretaria denomina-se DAUDSUS (Divisões de Auditoria do SUS): Fica sob o guarda-chuva da Coordenadoria de Controle Interno (COCIN), sendo a área mencionada por André no áudio). O diretor dessa divisão que é o principal componente e auditor chefe é o mesmo que está debaixo de quem é responsável pela gestão dos contratos dentro da gestão. Contrato de Gestão. O componente da Auditoria é o próprio Auditor que é o mesmo que é chefe. Pondera que não há controle interno verdadeiro e autônomo porque a Auditoria tem que combater qualquer ilícito, por exemplo, realizou-se uma compra de Canabidiol sem aprovação da Agência responsável, ou seja, não tem estrutura autônoma porque o controle interno = de verdade - não existe. Então vão continuar com isso, Considera que tem que ser feita uma reunião plenária e chamar o chamar para ver isto o TCM, TCE e Auditores do SUS do Ministério da Saúde e CGM para explicar o que é “Controle Interno” e o que deve ser uma Auditoria autêntica.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Fala que enfrenta na Vigilância em Saúde um processo parecido com isso, ou seja, a vigilância também tem que ter autonomia por que a Vigilância Sanitária se preocupa com a qualidade do serviço prestado. Fala que o Sistema de Vigilância na estrutura interna é resumidamente diferente da SERMAP (que cuida de contratos, regulação e auditoria), a vigilância está dentro de SEABEVS. Ora a SEABEVS é focada na operação da assistência médica direta ao cidadão e na proteção sanitária, tanto SEABEVS como SERMAP são secretarias-executivas que respondem em paralelo diretamente ao Gabinete do Secretário Municipal da Saúde. A Vigilância Sanitária está estruturalmente subordinada à SEABEVS. Ela opera da seguinte forma, tem a COVISA (Coordenadoria de Vigilância em Saúde) que é o órgão de status mais alto dessa área. A COVISA fica posicionada diretamente dentro e abaixo da SEABEVS. As Divisões Internas dentro do guarda-chuva da COVISA têm onde eu falo que é a a Vigilância Sanitária. Embora o comando normativo esteja na COVISA/SEABEVS, as ações práticas de fiscalização de estabelecimentos, alimentos e medicamentos no dia a dia ocorrem de através das UVIS (Unidades de Vigilância em Saúde) espalhadas pelas Coordenadorias Regionais de Saúde. Esta dependência traz preocupações com a qualidade do serviço

prestado. O Sistema de Vigilância não pode ficar sob a chefia da SEABEVS porque obviamente o Setor de Vigilância sofre interferências. Ora os mesmos mais altos responsáveis são os mesmos que se responsabilizam por UBS e toda atenção básica. Quem executa não pode ser o mesmo que fiscaliza. Assim segue explicando o mecanismo de controle e falta de autonomia das esferas. Pena que tem que expor para órgãos externos como TCM, etc. Em resumo suas opiniões e informações aponta que:

- **Desgaste e Invisibilidade da Vigilância:** Ela afirma ser extenuante debater esse tema repetidamente. Define a vigilância como "o SUS que ninguém vê", cuja importância a população só nota quando algo dá muito errado.

- **Quebra da Isonomia na Fiscalização:** O papel da vigilância é fiscalizar de forma igualitária, desde pequenos comércios na periferia até grandes empresas. Porém, ela relata que a descentralização gerou interferências diretas no sistema, impedindo que essa igualdade aconteça na prática.

- **Conflito de Interesse Direto com as OSs:** Priscila denuncia que o chefe da Vigilância em Saúde é o mesmo que responde pela Atenção Básica (a coordenação da SEABEVS). Ela exemplifica que, se a Vigilância Sanitária fiscalizar uma UPA gerida por uma Organização Social (OS), o chefe que avalia a infração é a mesma pessoa que assina os cheques e o contrato daquela OS. Diante disso, ela questiona se o gestor apoiará a fiscalização ou a instituição parceira.

- **Violação Jurídica e Fim do Duplo Grau de Recurso:** Do ponto de vista jurídico, ela aponta que quem executa não pode ser quem fiscaliza. Como a mesma autoridade controla "o juiz, o jogador, a bola e o campo", elimina-se o direito ao duplo grau de jurisdição (uma instância recursal superior que seja isenta e livre de julgamento prévio).

- **Crítica à Gestão e Apoio à Auditoria Externa:** Ela classifica como "amadora" a postura de uma secretaria do tamanho de São Paulo, com o volume de contratos que possui, agir dessa forma para evitar expor suas falhas.

Por fim, Priscila concorda e apoia integralmente a proposta de convocar órgãos externos de controle (como os citados por André) para intervir, pois acredita que eles não têm conhecimento dessa situação. Se desejar, diz que o CMS pode avaliar as implicações dessa fala em relação ao organograma que tinham antes da reestruturação. O que prefere? Analisar o papel da SEABEVS frente a essa crítica de duplo papel ou entender os mecanismos legais de recurso administrativo na vigilância. Ela diz que o novo mandato tem que se debruçar sobre este tema.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que realmente é lamentável precisar apelar para órgãos externos porque a SMS não sabe o que está fazendo. Lista outras questões mais genéricas que precisam ser levadas ao TCM neste momento.

Adão do Carmo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Pede explicação sobre gravação. (a gravação em áudio permanece suspensa durante cerca de 40 minutos segundo o áudio). Entretanto está anotado na secretaria do Conselho. Segue.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Informa que Fábio Salles está batallhando para resolver um problema técnico que ocasionou uma temporária suspensão da gravação. Diz que não puderam gravar via youtube, mas está gravando em áudio pela plataforma Teams. O vídeo e áudio vão ficar m ordem. Fala que vai garantir a gravação e verificar o áudio. Agora passa para os próximos itens da pauta. Devem discutir agora a questão do COAPES. (COAPES significa Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde. – trata-se de um instrumento jurídico e administrativo que formaliza a parceria entre a Secretaria da Saúde e as Instituições de Ensino Superior ou Técnico. Passa para esse item.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Dirige-se ao Ivan dizendo sobre COAPES que está na pauta e fala que quer

que se -que comunique ao MS que o COAPES não presta contas. Defende que tem que pedir bloqueio das contas administradas pelo COAPES e se recusa a repassar recursos ao COAPES. Propõe notificar o Ministério Público e o Ministério da Saúde e pedir o bloqueio até que venham prestar contas aqui no CMS. E justifica sua proposta que deve ser votado.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Manda para que se vote o que propôs André que o conselheiro André propôs notificar o Ministério da Saúde e solicitar ao Conselho Nacional de Saúde o bloqueio imediato dos recursos do COAPES, devido à falta de prestação de contas ao Conselho Municipal por três meses consecutivos. Ele justificou a medida alegando o descumprimento legal da transparência na gestão dos recursos, destacando a ausência histórica de prestação de contas do contrato. O encaminhamento visa condicionar a liberação das verbas à apresentação das contas pela Secretaria Municipal da Saúde. Então que se vote nominalmente a emissão de um Manifesto ao MS e bloqueio ao COAPES.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Em regime de votação. E ao final declara resultado sobre notificação ao MS. Aprovado.

15 = sim

5 = não.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicitou inclusão a respeito da Avaliação das Contas/Gestão porque os Relatórios de CAF apontam que tem devoluções de 15 a 20 mil reais e outros que dizem que tem que devolver mais, mas não devolve nunca e continuam assim. Os relatórios da CAF sempre são aprovados e fala que solicitou Relatórios dos anos 2016, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024 - não pediu 2025 porque o CAF tem que fazer avaliação anual e aprovar no ano seguinte. Mas a Gestão não tem Relatórios de avaliação nenhuma e afirma chamamentos sem avaliar nada e pede manifestação do CMS.

Jussara Santos Pereira Machado da Silva, Conselheira Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sobre relatórios da CAF diz que quando era servidora e responsável – há 9 anos atrás tinham os chamados “convênios”. Apontava que tinha que olhar os saldos recuperados, desde então já somavam um total de 2 bilhões de saldos que poderiam ser recuperados. E que continuavam fazendo chamamentos sem fazer avaliações. Enviar Ofício que a SMS não tem CAF, não tem outras coisas exigidas pela lei e notificar o TCM e MP e todos os órgãos pertinentes e tem que ter uma. Após debates em resumo André e ela propõe o que segue. Falar com Dr Arthur porque tem que questionar com Arthur (Promotor) porque esse dinheiro não existe lá, e se caso queira encerrar sem analisar nenhum processo não pode. Acha importante saber porque que o promotor Arthur perdeu interesse nisso. Considera que não estão investigando nem os processos de agora, quanto mais os anteriores de 6 anos atrás. Então em vista do avanço de novos chamamentos públicos pela Secretaria Municipal da Saúde sem a prestação de contas de 239 convênios antigos, gerando um passivo estimado em mais de R\$ 2 bilhões precisa considerar essa denúncia sobre CAFs apontando o descumprimento de exigências legais, como a ausência de CAFs e CTAs, e relatórios contraditórios que aprovam contas com ressalvas mesmo identificando a necessidade de ressarcimento ao erário por parte das OSs. Então a proposta é

1. Enviar ofício ao Tribunal de Contas do Município (TCM), Ministério Público e outros órgãos de controle para notificar a ilegalidade e buscar o ressarcimento dos valores.
2. Propor um pleno extraordinário para tratar a questão

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente, representante da Associação dos Profissionais Liberais: Acha bom fazer um Pleno Extra com essa pauta.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Acha que difícil fazer um extraordinário,

mas vão votar se são contra ou não. Submetido a votos, as propostas foram aprovadas tanto o Pleno Extra e o Ofício ao MS conforme definido.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Em seguida passa para os informes gerais para finalizar e informes das comissões.

Informes gerais

1. Informes sobre a renovação do Conselho e locais das plenárias

Foi informado que os locais das plenárias do processo de renovação do Conselho seriam publicados no Diário Oficial, com participação restrita às entidades habilitadas, embora o público em geral possa acompanhar.

Foram listados os seguintes locais:

- Movimento Social Comunitário: Rua Antônio de Godoy, nº 88, 6º andar, Centro Histórico;
- Pessoas com Deficiência: mesmo endereço do Movimento Social Comunitário;
- Trabalhadores: Rua da Quitanda, Centro, São Paulo;
- Patologia e Doenças Raras: Associação Pró-Falcêmicos, Rua Conde de São Joaquim, nº 119, Bela Vista;
- Centrais Sindicais: Rua Tamandaré, nº 348, Liberdade;
- Movimento Popular de Saúde Leste: Rua Bruno Zabala, nº 55;
- Sul: Rua Cerqueira César, nº 185, Santo Amaro;
- Centro: Praça da República, nº 282, República, São Paulo;
- Norte: Subprefeitura de Tucuruvi, Avenida Tucuruvi, nº 808, Tucuruvi, em frente ao metrô Tucuruvi;
- Oeste: Rua Domingos Rodrigues, nº 420, Lapa;
- Sudeste: Rua Padre Marchetti, nº 557, Ipiranga.

2. Informe sobre unidade e falta de RH

Adão do Carmo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: passa para Luiza falar. A qual relata visita ao equipamento de saúde e menciona a existência de demanda por melhorias estruturais e falta de profissionais, com indicação de ausências em áreas administrativas, médicas e de enfermagem.

Convidada Heloísa: Diz que é do Conselho de Supervisão Técnica de Vila Mariana e Jabaquara e informa que os conselhos de Vila Mariana e Jabaquara deliberaram contra a junção dos dois conselhos em um só, defendendo que haja manifestação do Conselho Municipal de Saúde sobre o tema. Após a fala gera vários debates e opiniões – debates girou em torno da organização dos conselhos gestores por território e pela Supervisão Técnica de Saúde, com referência ao entendimento jurídico da Secretaria e à necessidade de adequação ao modelo legal vigente.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Conhecedor do assunto diz que foi reafirmado, por diferentes conselheiros, que:

- a orientação jurídica da Secretaria é a de que os conselhos devem observar o desenho institucional definido em lei e em resoluções do Conselho Municipal;
- a eventual inexistência de antiga estrutura de coordenação nas subprefeituras não autoriza a criação ou manutenção de formatos fora da regra legal;
- eventuais controvérsias devem ser levadas ao Poder Judiciário, se houver discordância com a orientação jurídica ou normativa.

Jonas Marssaro, Conselheiro Suplente, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Traz informe da Comissão de Saúde LGBT. Informa sobre a participação do Conselho na 30ª Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, destacando a relevância histórica e

política da manifestação. A comissão realizará sua reunião ordinária na terça-feira seguinte, às 10h, aberta à participação de conselheiros e da população.

Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Titular, representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Dá informe da Comissão de Comunicação diz que teve a aprovação de um documento com diretrizes para o uso da marca do Conselho Municipal de Saúde, incluindo indicações e orientações sobre (1) cores institucionais; (2) tipografia; (3) tamanhos; (4) padrões de produção gráfica. O material foi apresentado como legado para as próximas gestões do Conselho.

Laudicéia Reis Silva dos Santos, Conselheira Titular, representante das Entidades Sindicais Gerais: Informe da Comissão de Vigilância em Saúde traz que a Comissão realizou visita ao Hospital da Mooca Inácio de Proença, com elaboração de relatório técnico, o qual será posteriormente encaminhado ao plenário para conhecimento e providências cabíveis.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: fala sobre a Conferência municipal que afinal. É reforçado que a Conferência Municipal de Saúde ocorrerá entre 2 e 4 de julho de 2026 na Uninove – Unidade de Pós-Graduação, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 364 e que foi feito apelo para ampla participação das representações habilitadas e da comunidade interessada.

Jair Alves: Faz anotações das decisões desse pleno para seu registro conforme o que segue: ANEXO para registro em ATA como anexo

Deliberações principais da reunião

Para registro sintético, as principais deliberações foram:

- Aprovada a inversão e inclusão de pauta solicitadas pelo conselheiro André;
- Aprovadas as atas da 309ª Reunião Plenária Ordinária e da 2ª Reunião Plenária Extraordinária;
- Validado o parecer da comissão eleitoral sobre o processo de renovação do Conselho Municipal de Saúde, biênio 2026–2028;
- Aprovada a moção de apoio ao futuro Hospital Universitário da Unifesp em Santo Amaro;
- Aprovado com ressalvas o parecer do RDQA do 1º quadrimestre de 2026;
- Aprovado o encaminhamento de notificação ao Ministério da Saúde e ofício ao Conselho Nacional de Saúde sobre o COAPES, com pedido de bloqueio de recursos até a prestação de contas;
- Aprovada por maioria a realização de plenária extraordinária para tratar dos saldos remanescentes e o envio de ofício ao Tribunal de Contas do Município.

Convidado Francisco Freitas – Fala sobre embate jurídico entre a AFNE e a SMS. Dá os termos da questão. Em nenhum momento o Secretário encaminhou qualquer documento ao CMS sobre a extinção da CRS Centro diz.

Neuza Maria Cândido Policastre, Conselheira Titular, representante do Poder Público: em resposta a Freitas diz que CRS está trabalhando com o Conselho de modo transparente. Tudo está sendo feito dentro da regularidade.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Promove o encerramento dizendo que “nada mais havendo a tratar” considera o horário e o encerramento da pauta, a reunião foi encerrada. AO final informa a data da 23ª Conferência Municipal de Saúde e encerra reunião às 17h10.

**Conselho Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, Rua Siqueira Campos,
176, -4 – Liberdade
CEP: 01509-020 - Telefones: 5461-8815, 5461-8816, 5461-8817, 5461-8818, 5461-8819,
5461-8821, 5461-8822
E-mail: - cmssp@prefeitura.sp.gov.br**